



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

EXPANSÃO E/OU REESTRUTURAÇÃO: A EXPERIÊNCIA E OS DESAFIOS DO REUNI NO CAMPUS DA UFSC EM ARARANGUÁ- SC - BRASIL

Ana Elise Cardoso Inácio

Universidade Federal de Santa Catarina
anaelise.sc@gmail.com

Sergio Luis Boeira

Universidade Federal de Santa Catarina
sbsergio267@hotmail.com

Douglas Emerson Deick Heidtmann Junior

Universidade do Estado de Santa Catarina
douglasemerson@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada pela autora e que está em andamento, cujo intuito é de contribuir com as recentes discussões sobre a expansão e reestruturação do ensino superior brasileiro. A pesquisa busca analisar por meio das experiências administrativas e acadêmicas dos professores e técnicos universitários do Campus UFSC – na cidade de Araranguá, localizada no Estado de Santa Catarina, as transformações ocorridas referentes à aplicação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI.

O REUNI representa muito mais do que um projeto audacioso, trata-se de uma política educacional de Estado que busca a expansão do ensino superior e a redução das ‘desigualdades’ de acesso a universidade.

O objetivo neste artigo é demonstrar como se encontra atualmente, a situação do Campus Araranguá com a implantação do programa. Para tanto, utiliza-se dados iniciais da pesquisa e que foram coletados por meio de métodos qualitativos e quantitativos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Expansão; Reestruturação; Universidade, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Em sua estrutura, a universidade passou por grandes e profundas modificações, e no Brasil isso não foi diferente. As universidades públicas brasileiras têm enfrentado grandes desafios para superar ou diminuir o abismo existente e que separa aqueles que têm acesso ao

ensino superior, que em geral possuem um padrão econômico superior e que frequentaram boas escolas no ensino fundamental e médio, daqueles que tem o acesso restrito e que são economicamente menos favorecidos.

Pensando em superar estes desafios, é que na última década a sociedade brasileira presenciou o surgimento de programas e reformas que buscam melhorias e ampliação do acesso as universidades e a tão sonhada universalização do ensino. Estes programas já demonstram alguns resultados e apresentam avanços no sentido de levar esta instituição, a pessoas e lugares que não tinham perspectiva nenhuma em receber e fazer parte do ensino superior.

O fato deste aumento considerável de vagas e programas de inclusão, principalmente nos últimos 10 anos se deve a investimentos do governo federal. A mídia lança constantemente propagandas a respeito desse tema, porém, alguns questionamentos surgem na medida em que estes programas vão avançando. Questionamentos como se de fato existe uma inclusão de todas as camadas sociais, qual a eficácia desses programas, em quais aspectos avançamos e em quais aspectos retrocedemos, e se estamos investindo também em qualidade de ensino.

Tendo em vista estas discussões iniciais, se introduz o tema deste estudo, que é o ***Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal de Santa Catarina***, precisamente no recém-inaugurado Campus da UFSC na cidade de Araranguá (SC).

O REUNI, que teve seu lançamento no ano de 2008, tem como diretrizes as destacadas abaixo:

1) diminuição da taxa de evasão, ocupação das vagas ociosas além do aumento da vaga de ingresso, principalmente no período noturno; 2) aumento da mobilidade estudantil; 3) revisão de toda estrutura acadêmica; 4) variação das modalidades de graduação; 5) acréscimo de políticas de inclusão e assistência estudantil; e 6) trabalho conjunto entre a graduação e a pós-graduação e entre a educação superior e a educação básica

Assim, tendo como base estas diretrizes, este estudo irá pesquisar as experiências enfrentadas pelos professores e técnicos universitários no campus da UFSC na cidade de Araranguá referentes a implantação do REUNI com foco na expansão e/ou reestruturação.

BREVE RELATO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO – ÚLTIMAS DÉCADAS

Em relação ao panorama do ensino superior nas últimas décadas – 1991 a 2011- Ristoff (2013), apresenta com base em análises dos números disponibilizados pelo Censo da Educação Superior e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as transformações da educação superior brasileira.

Em seu estudo, Ristoff (2013) concluiu que nos 21 anos descritos houve uma política nacional favorável à privatização da educação superior somada a uma expansão deste setor. Foi a partir da segunda metade da década de 1990, com o Estado assumindo de certa forma um papel maior na educação que o país iniciou um movimento de crescimento do ensino público. Ainda em relação a esta maior atuação do Estado foi que, a partir de 2003 constatou-se um investimento considerável no âmbito público. Ressalta-se que apesar do esforço dos últimos anos, o maior número de matrículas e concluintes, assim como o de instituições, ocorreu no setor privado e pago.

Em maior ou menor grau, esse fenômeno de privatização pode ser observado em todas as Unidades da Federação, bem como em todas as regiões e em todas as organizações

acadêmicas. Ristoff (2013, p. 44), afirma que, “pelo menos duas características marcantes despontam na expansão da educação superior ocorrida de 1991 a 2011: a crescente diversificação organizacional das instituições com a predominância das pequenas e a oferta de novas modalidades de ensino”.

Em relação ao crescimento do setor privado ao longo desses 21 anos, o número de instituições caracterizadas como universidades foi pequeno. Neste sentido, Ristoff (2013, p. 44) argumenta que, “embora as IES privadas busquem com insistência, junto ao MEC, a autonomia dos centros universitários e das universidades, elas têm notória dificuldade para sustentar um modelo universitário que prevê pesquisa e pós-graduação com a qualidade que delas é exigida”.

Ainda segundo o autor é possível observar o movimento de interiorização, que faz com que o ensino superior ocupe novos espaços em todas as regiões do país. Outro ponto característico é o forte desequilíbrio regional na distribuição do ensino que, embora continue, tem sofrido modificações. Dentre estas, o aumento de IES nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o Sudeste diminuindo sua representação no país.

Para iniciarmos as discussões através de dados é apresentado no gráfico abaixo, os números de IES públicas e privadas existentes no Brasil no ano de 2011, onde é possível verificar a predominância expressiva do ensino superior privado no país.

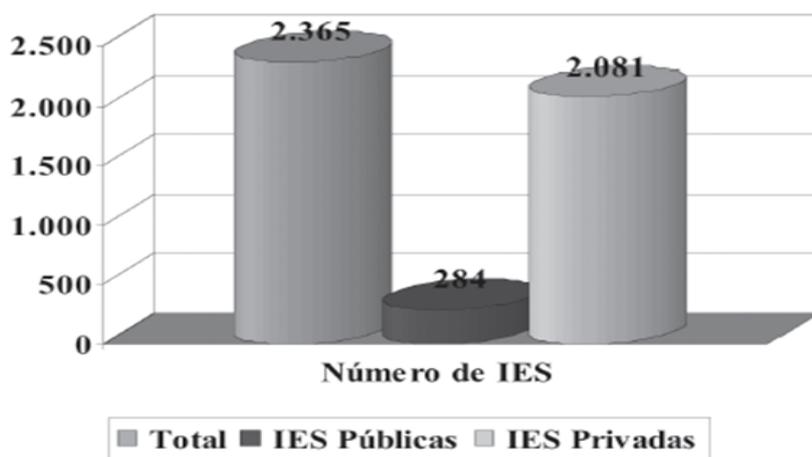


Gráfico 1: IES por categoria Fonte: RISTOFF (2013)

Outro dado relevante é que das 2.365 organizações acadêmicas existentes em 2011, 8% são classificadas como Universidades, 5,6% são Centros Universitários, 84,7% são Faculdades e 1,7% são Institutos Federais.

Total Geral		Organização Acadêmica							
Total	%	Universidades	%	Centros Universitários	%	Faculdades	%	IFs e Cefets	%
2.365	100,0	190	8,0	131	5,6	2.004	84,7	40	1,7

Tabela 1: Educação Superior por organização acadêmica Fonte: MEC/Inep (2011)

Ainda com Ristoff (2013) é possível perceber no gráfico abaixo, um comparativo entre o crescimento das organizações acadêmicas do ano de 1991 a 2011.

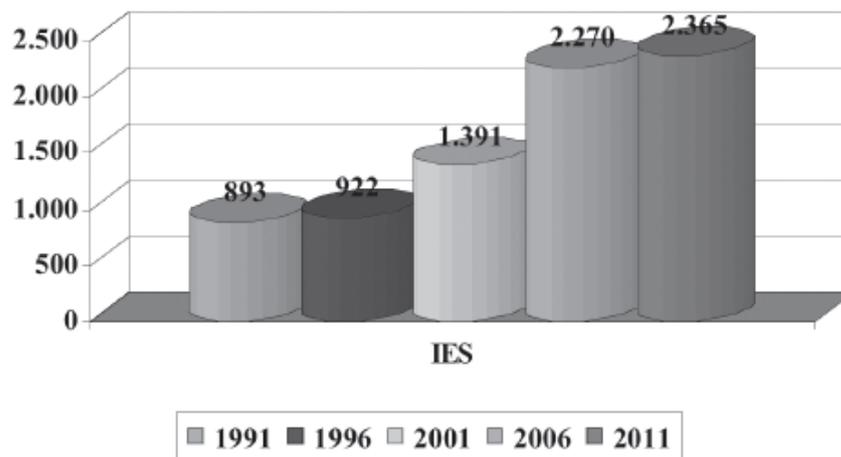


Gráfico 2: Crescimento das IES - 1991 a 2011. Fonte: RISTOFF (2013)

Outro ponto bastante instigante é a desproporção em relação a distribuição de IES pelo país. Sobre isto Ristoff (2013, p.11) aponta que, “embora a representação proporcional das regiões Sul e Sudeste venha decrescendo ano a ano desde 2005, a educação superior continua altamente concentrada nestas regiões, com o estado de São Paulo somando 24% do total das IES do país”. O mesmo autor observa ainda que, “as regiões Norte e Nordeste melhoram ano após ano sua representação percentual – devido ao crescimento do número de universidades federais –, enquanto decrescem as demais regiões”.



Figura 1: IES segundo as Regiões Fonte: MEC/Inep (2011)

Além desses dados é importante ressaltar que a educação superior brasileira ainda não alcançou a tão sonhada meta de escolarização pretendida pelo Plano Nacional de Educação

(PNE). Este instrumento previa chegar em 2011 com 30% dos jovens de 18 a 24 anos matriculados na educação superior, mas o que se viu no último censo é que a taxa de escolarização em 2011 ficou em torno de 17%, ou seja, um pouco mais da metade pretendida.

Em relação à expansão universitária, tema deste estudo, Ristoff (2013), apresenta alguns dados interessantes entre os anos de 2003 a 2011. Neste período, o autor diz que ocorreu um aumento de IES federais no país que passaram de 148 campi para 274 campi/unidades, com um crescimento de 85%. Além disso, Ristoff (2013) aponta que,

A interiorização das universidades e dos campi também proporcionou uma elevação no número de municípios atendidos: de 114 para 272, com um crescimento de 138%. As características mais importantes dessa expansão são a interiorização e a redistribuição regional – reduzindo a histórica desigualdade na oferta de vagas no ensino superior. As novas universidades e os novos campi se situam nas regiões do interior do Brasil, antes desassistidas, com destaque para as regiões Norte e Nordeste. (RISTOFF, p.4)

Na tabela abaixo é possível verificar o crescimento de universidades e unidades entre os anos de 2003 a 2014.

ANOS	UNIVERSIDADES	CAMPI/UNIDADES	MUNICÍPIOS ATENDIDOS
2003	45	148	114
2010	59 (14 NOVAS)	274 (126 NOVOS)	230
2014	63 (4 NOVAS)	321 (47 NOVOS)	275

Tabela 2: Expansão das universidades - Fonte: Ristoff (2013)

Ainda sobre a expansão cabe ressaltar que, o país ficou um longo tempo sem ampliação do número de Universidades Federais. Aproximadamente até o ano de 2002 houve quase que uma estagnação na criação de instituições públicas, enquanto que as privadas seguiam em crescimento acelerado. Foi a partir de 2003 que esta realidade mudou, pois no período de 2003 a 2010 foram criadas novas universidades, o aumento maior, porém, se deu nos últimos anos pela implantação do REUNI.

Vale a pena introduzir aqui um dado sobre a evolução histórica da criação de universidades federais no Brasil. Entre 1919 até 2002, foram criadas 45 universidades – sendo 11 no período de 1956 foram criadas novas universidade a 1961. Depois de um longo tempo, em que o crescimento das IES deu-se principalmente no setor privado, em oito anos, no período de 2003 a 2010, 14 novas universidades federais foram criadas. A expansão das universidades e *campi* federais no período de 2003 a 2011 propiciou um crescimento de aproximadamente 111% na oferta de vagas nos cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino (Ifes): de 109.184 para 231.530. No entanto, há uma grande diferença entre os períodos 2003-2007 e 2007-2011, sendo este último o da concepção e implementação do REUNI. (RISTOFF, 2013, p. 7)

Em relação às matrículas ocorridas nos últimos anos, é perceptível um aumento tanto no ensino público quanto no ensino privado.

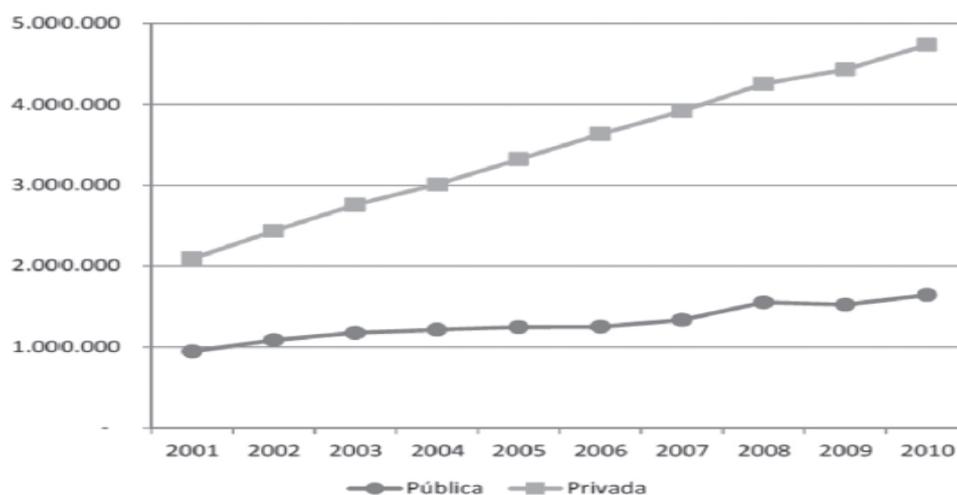


Gráfico 3: Evolução das matrículas públicas e privadas no Brasil –

Fonte: Ristoff (2013, p.6)

Este aumento do número de universidades públicas e também o aumento de matrículas nestas instituições veio acompanhado de investimentos financeiros do governo federal. Entre os anos de 2003 a 2012 houve um incremento na ordem de 15,6 bilhões de reais, que de acordo com Ristoff (2013), representou uma taxa de crescimento de 151,5% no período.

Ainda sobre a expansão, esta ocorreu, sobretudo pela interiorização. Cabe aqui discutir dois aspectos principais. O primeiro deles é que, a expansão mesmo que com possíveis problemas, representam um marco significativo em direção a busca do ensino universal. O Brasil possui grandes desigualdades regionais e estruturais e a educação ao adentrar em locais antes improváveis, leva o ensino superior a jovens que tinham pouco ou nenhuma expectativa.

Já são visíveis as mudanças sociais e econômicas ocorridas nessas regiões distantes com a chegada de uma universidade pública. Há uma evidente mudança na relação dessas universidades com a população dessas regiões, especialmente pelas atividades de pesquisa e extensão, trazendo também um benefício enorme na formação dos nossos estudantes, fato qualitativo da maior importância. Para os jovens que aí residem, a possibilidade de refletir e mudar a sua própria realidade, junto com a da sua comunidade ou região. Para os que vêm de fora, a possibilidade de entrar em contato com outras realidades, contribuindo para diminuir as desigualdades sociais e regionais em nosso país. (RISTOFF, 2013, p. 7)

O segundo aspecto são as dificuldades encontradas e apontadas sobre esta expansão vindas principalmente pelas universidades mais tradicionais. Em relação a isso, é apontado pelo autor que estas universidades questionam tanto a expansão quantitativa, sob o argumento de que o número de alunos provocará uma “queda da qualidade”; quanto em relação à reestruturação dos cursos universitários e da formação universitária.

Em relação as críticas feitas por estas universidades tradicionais, Ristoff (2013) nos diz que,

Essas universidades ainda mantêm a “departamentalização” do conhecimento, isolado e fragmentado em cursos fechados em si mesmos, sem uma formação humanista e universal (como o próprio adjetivo universitário indica) que seja comum a todos os estudantes. Se não fossem por algumas atividades de pesquisa

multidisciplinares e, principalmente, pelas atividades de extensão, os alunos mal conheceriam colegas de outros cursos e seriam incapazes de pensar e criticar a realidade em sua totalidade e complexidade. (RISTOFF, 2013, p. 8)

Em relação às alterações curriculares, ressalta-se que foi a partir do movimento de reestruturação e expansão, que algumas universidades como a UFBA promoveram mudanças radicais nas suas estruturas curriculares e organizacionais. Essas mudanças segundo Ristoff (2013) foram muito mais nas novas universidades ou novos campi, do que nas tradicionais que aderiram ao REUNI, pois aquelas já nasceram sob o signo da mudança, apesar de terem também resistências e dificuldades.

PROGRAMAS POLÍTICOS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Sobre o crescimento no ensino superior no país, talvez o período mais expressivo tenha ocorrido no governo de Luís Inácio Lula da Silva. No ano de 2003, o tema Reforma Universitária foi trazido à pauta de discussões e tornou-se uma das prioridades do Ministério da Educação. Um dos primeiros debates sobre o tema aconteceu por iniciativa da Casa Civil que pretendia acelerar um processo que estaria secundarizado no programa do ministro Cristóvão Buarque. O ministro de educação da época, Tarso Genro, foi designado com a missão de realizar a Reforma Universitária, mas sofreu fortes críticas por não ter vínculo e experiência com instituições universitárias. Em meio as discussões, a ANDIFES fez uma proposta a reestruturação da educação superior no Brasil.

Relativo a reforma da educação superior, Almeida Filho (2008,p. 186) nos diz que, apesar dos avanços, alguns pontos precisam ainda ser discutidos, como integração entre Graduação e Pós-Graduação, clareza nas regras de controle da qualidade acadêmica, autonomia administrativa e financeira, estrutura de títulos e currículos. Além disto, Almeida Filho (2008) aponta a necessidade de ocorrer uma reforma que priorize arquitetura acadêmica, estrutura organizacional, modelo de política institucional (governança) e modelo de gestão.

Mesmo com todas estas dificuldades e com o intuito de tornar acessível a educação superior, o Governo PT (Lula e Dilma) lança cinco programas que segundo Melo (2009, p. 294) “são considerados os pilares para a democratização do acesso à educação superior”, quais sejam: REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais; PROUNI – Programa Universidade para Todos; UAB – Universidade Aberta do Brasil; o FIES e os Institutos Federais.

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº. 6.096 de 24 de abril de 2007 e tem como objetivo a ampliação física e reestruturação do sistema federal de educação Superior. Foi lançado pelo MEC e faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, que tem como meta duplicar a oferta de vagas públicas no ensino Superior.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), foi instituído pela medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Este programa “tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas”, que receberão isenção de tributos na sua adesão. O programa incentiva também a permanência dos alunos nas instituições através de bolsas como a Bolsa Permanência, “os convênios de estágio MEC/CAIXA e MEC/FEBRABAN e ainda o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa” (PROUNI, 2013).

Outro programa é a UAB, que segundo Melo (2009) se destaca por ser um mecanismo de inclusão e acesso ao ensino superior, uma vez que é oferecida a distância. “A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados” (MEC, 2013). Esta modalidade inclui ainda gestores, dirigentes e profissionais diversos da educação básica da rede pública. Com isso, pretende-se ter uma diminuição das desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância.

Ainda em relação a Educação a Distância (EAD) no Brasil, esta ganhou força desde o início de sua implementação quando anúncios que ofereciam cursos por correspondência circulavam no Rio de Janeiro (MELO, 2009). No plano universitário, o programa pioneiro que ofereceu cursos a distância foi o chamado “Programa de Ensino a Distância (PDE) na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, no final da década de 1970” e em 1983 a UaB recebeu tantos alunos que se tornou o maior desafio para a implantação da modalidade no país (MORHY, 2004, p. 40).

O SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) é o atual sistema de avaliação brasileiro e completou em 2014 dez anos de criação. Foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e regulamentado pela Portaria nº 2.051, de 09 de junho de 2004. Teve como objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes.

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (SINAES, 2004).

É através das avaliações que o SINAES deverá assegurar uma avaliação institucional seja interna quanto externa a qual contempla a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais

das instituições de educação superior e de seus cursos. Além disso, certifica a publicidade dos procedimentos, dos dados e das formas avaliativas usadas pelas instituições assim como o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos e a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações. São através dessas análises que o SINAES concede à instituição o credenciamento, a autorização e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação (SINAES, 2004).

SOBRE O REUNI

Constituído como uma ação integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 foi pensado para o reconhecimento do papel estratégico das universidades federais no desenvolvimento econômico e social.

Nas palavras de Almeida Filho (2008, p. 188), “é seguramente o mais ambicioso programa dessa natureza já tentado no Brasil”. Em suas metas encontram-se as diretrizes de expansão de matrículas, sobretudo, no turno noturno, diversificação da graduação, mobilidade estudantil ampla, articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica, programas de inclusão social e assistência estudantil.

As universidades participantes apresentaram propostas comprometendo-se com metas de eficiência: alcançar, ao final do programa, taxa de conclusão de 90% e relação aluno/professor de 18/1. Convém registrar que o indicador da taxa de conclusão, aparentemente inalcançável como média geral, na verdade incentiva o aproveitamento de vagas residuais por mobilidade interna ou externa. Por outro lado, a relação aluno/professor pode incorporar estudantes de pós-graduação, obedecendo aos critérios de qualidade da CAPES. (ALMEIDA FILHO, 2008, p.189)

O REUNI representa muito mais do que um projeto audacioso, trata-se de uma política educacional de estado que busca a expansão do ensino superior e diminuir as ‘desigualdades’ de acesso ocasionado desde a formação das primeiras universidades brasileiras. O programa pretende alcançar os objetivos propostos e trazer ao mesmo tempo qualidade de ensino, pesquisa e extensão para as universidades.

Segundo o próprio programa, a preocupação não é somente com a ampliação do acesso. A qualidade na educação e a formação de cidadãos no que tange “à construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente” também estão presentes em seus objetivos.

Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do qualificado contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, está também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública. Ela é fundamental para que os diferentes percursos acadêmicos oferecidos possam levar à formação de pessoas aptas a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, em que a aceleração do processo de conhecimento exige profissionais com formação ampla e sólida.

A educação superior, por outro lado, não deve se preocupar apenas em formar recursos humanos para o mundo do trabalho, mas também formar cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública. (REUNI, 2007).

O Reuni tem como foco principal retomar o crescimento do ensino superior público no país através de uma série de medidas adotadas pelo Governo Federal. Seus principais objetivos são:

- ✓ Garantir as universidades às condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior;
- ✓ Assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas;
- ✓ Promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica;
- ✓ Otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

Além desses objetivos, o programa possui metas, que são pretendidas em longo prazo e objetivam transformar o ensino superior brasileiro no que se refere a qualificação. Dentre estes objetivos, destaca-se:

- ✓ Elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%;
- ✓ Elevação gradual da relação aluno/professor para 18 alunos para 1 professor;
- ✓ Aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação.

O governo federal disponibiliza no site do Reuni um relatório do primeiro ano que, embora não atualizado, apresenta algumas informações relevantes, principalmente no que toca a aplicação inicial do programa. Em seu início, ainda no lançamento do programa em 2007, das 54 universidades federais existentes, 53 aderiram participando de duas chamadas públicas, sendo que a UFSC aderiu ao programa na primeira chamada. As universidades participantes submeteram suas propostas ao Reuni e muitas delas priorizaram a interiorização, a oferta de cursos de formação de professores, ampliação de vagas nos cursos existentes e a inovação e novos formatos de cursos de graduação.

Relevante também foi a aplicação do Reuni no quesito contratações de servidores, tanto pela contratação de docentes, quanto de técnicos administrativos. Este aumento foi e continua sendo essencial para consolidar o programa e fundamental para a constituição dos novos cursos e para ampliar a oferta na pós-graduação.

A interiorização também foi um ponto de extrema importância. Ressalta-se que a tendência em expandir o ensino superior no país já era feita desde 2003, onde foram criados 104 novos campus que, em conjunto com os 151 já existentes, representam a presença das universidades federais em 235 municípios brasileiros.

Ainda sobre esta interiorização, dados de 2011 apontam que o país contava com aproximadamente 237 municípios que eram atendidos por universidades federais. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campus que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação.

Na figura abaixo é possível verificar a expansão ocorrida nos últimos anos.

Universidades Federais

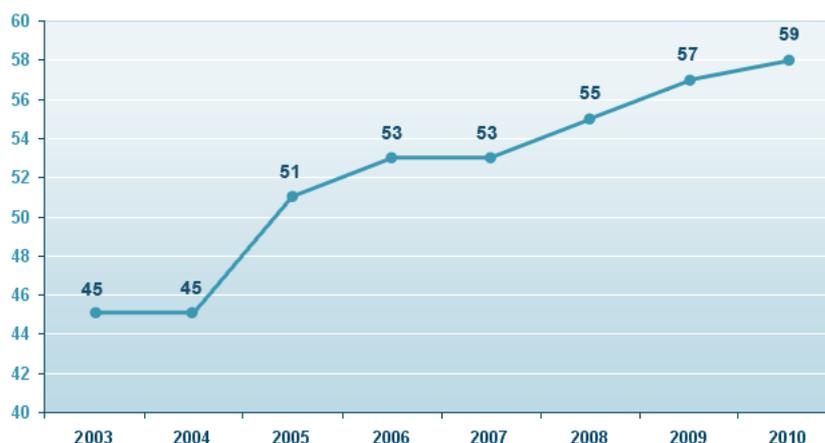


Gráfico 4: Expansão de Universidades Federais - Fonte: Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/expansao>, acessado em 31/03/2014.

REUNI E A CRIAÇÃO DO CAMPUS ARARANGUÁ

A UFSC aderiu ao Reuni no ano de 2008, o que permitiu a oferta de novos cursos, vagas e principalmente a criação e instalação em 2009 dos novos Campi: Araranguá, Curitibanos, Joinville e recentemente após outras negociações do Campus Blumenau. Abaixo, o quantitativo da população universitária no ano de 2012, que ainda não contava com o Campus Blumenau.

POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA – Ano de 2012		
Campus	Docentes Efetivos	Técnicos Administrativos
Florianópolis	1705	3042
Araranguá	32	19
Curitibanos	30	22
Joinville	33	20
Total	1800	3103

Tabela 3: População Universitária no ano de 2012. Fonte: Elaborada pela autora com base no Boletim de Dados / UFSC – 2012.

Em relação ao ensino, a UFSC atua desde o ensino básico com o colégio de aplicação e com o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) até a pós-graduação. A comunidade discente dos cursos superiores de graduação à distância e presencial é composta por mais de 25 mil alunos, distribuídos no ano de 2009 em 54 cursos compostos por diferentes turnos e habilitações. No ano de 2009, como já destacado foram inaugurados os três novos campus que

totalizaram inicialmente 480 vagas. Em função da expansão de vagas ocorridas a partir de 2008, bem como da implementação de ações de redução da evasão escolar, segundo o PDI, espera-se uma ampliação de cerca de 50% no número de alunos concluintes no período compreendido entre 2010 e 2014.

É possível verificar também um aumento em 2009 de 34% em relação ao ano de 2004 no número de vagas oferecidas nos concursos vestibulares. Este aumento refere-se à aplicação do próprio Reuni na UFSC.

Outros dados relevantes são apresentados abaixo e referem-se ao aumento da população universitária ocorridos entre os anos de aplicação do Reuni - 2008 a 2012, .

POPULAÇÃO UNIVERSITÁRIA - Discentes					
Ano	Graduação	Pós-Graduação			Total
		Espec.	Mestrado	Doutorado	
2008	25.942	1.882	3.369	2.061	33.254
2012	26.972	7.455	3.341	2.782	40.550

Tabela 4: População Universitária – Discentes

Fonte: Elaborada pela autora com base no Boletim de Dados / UFSC – 2012.

Com a entrada da UFSC no Reuni e a tendência do aumento do número de alunos matriculados, houve uma modificação e adequação da universidade a novas regras do governo federal. Assim, articulada às circunstâncias de matriz orçamentária e de políticas educacionais, bem como pelas condições do Ministério da Educação, a UFSC busca a ampliação de vagas nos cursos de graduação já instituídos e a criação de novos cursos.

Além do aumento relacionado aos cursos e número de alunos, a universidade teve que investir como forma de garantir este crescimento, em servidores técnicos administrativos e docentes e também na infraestrutura.

Os dados do PDI (UFSC 2010, p.57) apontam que entre o período de 2004 a 2009, a universidade teve seu corpo docente aumentado modestamente. O número de docentes efetivos neste período passou de 1.552 para 1.634, com crescimento acumulado de 5,3%, o que significou aproximadamente 1% ao ano. Já com a adesão da UFSC ao Reuni nos anos de 2008 e 2009, e também ao Projeto Universidade Abertas do Brasil (UAB), ocorreu um aumento nas autorizações para a realização de concursos públicos nas carreiras docente e técnico-administrativa. Em relação ao Reuni foram 30 novos docentes em 2009 e previstos 70 para o ano de 2010, 150 para 2011 e também 150 para o ano de 2012.

Cabe ressaltar que mesmo que tenham ocorrido contratações, a UFSC enfrenta obstáculos para garantir a utilização dos recursos e a ampliação da instituição. Segundo o PDI (UFSC 2010, p.59), alguns desses empecilhos podem ser observados como a escassez de profissionais para compor as inúmeras bancas, os prazos legais a serem cumpridos e as possibilidades concretas de questionamentos administrativos e judiciais.

Em relação ao número de técnicos administrativos, ocorreram novas contratações e novos concursos, mas mesmo que se tenha investido de forma significativa alguns problemas internos fizeram com que não fosse possível ter um saldo positivo até o ano de 2008. Essa realidade, porém, foi modificada nos últimos anos com as novas contratações. Em relação a dificuldade encontrada até 2008 é destacado no PDI:

Contudo, em razão de aposentadorias, evasões e outras situações, como a da substituição de alguns cargos efetivos por trabalhadores terceirizados, especialmente aqueles ligados às áreas de limpeza, segurança e manutenção da infraestrutura, a UFSC vê-se diante de um quadro de carência e fragilidade na composição de sua força de trabalho. Além disso, parcela significativa dos servidores encontra-se na iminência de cumprir requisitos para a aposentadoria, e a universidade deve enfrentar o risco de perder parte da memória da Instituição bem como de interrupção de parte de seus projetos. (PDI,UFSC 2010, p.57)

Em relação à infraestrutura foram definidos 14 mil metros quadrados em 2010 e 16,5 mil metros quadrados para 2011. No caso dos novos campi, as obras até 2011 foram apenas do REUNI. Abaixo é apresentado uma tabela e um gráfico referentes a dados orçamentários, que foram previstos para os últimos anos. A projeção das despesas para o período de 2011 a 2014 leva em consideração, além das despesas da UFSC, os valores já definidos para o REUNI para despesas de capital que vão até 2012, e de custeio que vão até 2014.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ensino, Pesq. e Extensão	398.066,0	435.331,1	482.844,0	533.430,2	560.101,7	588.106,8
Outros gastos de pessoal	226.366,5	235.531,7	247.308,3	259.673,7	272.657,3	286.290,2
Acervo Bibliográfico e Infraestrutura	1.730,0	500,0	525,0	551,3	578,8	607,8
REUNI - Custeio	6.848,0	10.946,9	19.569,3	31.761,6	33.349,7	35.017,2
REUNI - Capital	17.952,3	27.003,2	43.087,0			
Total	650.962,8	709.312,9	793.333,5	825.416,8	866.687,6	910.022,0

**Tabela 5: Previsão orçamentária para o período 2009 a 2014 (em R\$ mil) –
Fonte: PDI 2010- 2014, p. 99**

Por fim, abordando especificamente sobre o campus UFSC Araranguá, objeto deste estudo, enfatiza-se que este foi fundado em 2008 e é fruto do REUNI. A decisão para a instalação do Campus na cidade de Araranguá se deu pelo incentivo de políticos da região que desejam um ensino superior público e viam a necessidade de expansão para o sul do Estado de Santa Catarina. Um dos principais políticos a lutar pela implantação do Campus foi o deputado federal Jorge Boeira.

A UFSC Araranguá possui atualmente 4 (quatro) cursos de graduação presencial: Engenharia da Computação, Engenharia de Energia, Fisioterapia e Tecnologias da Informação e Comunicação e previsão para implementação do curso de Medicina. Além desses a universidade conta com os seguintes cursos de pós-graduação: Especialização em TIC's aplicados à segurança pública e Direitos Humanos, Mestrado em Tecnologia da Informação e Comunicação e, Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física, Além desses cursos, o campus apresenta-se como apoio ao ensino a distância, servindo de polo e contemplando algumas graduações nesta modalidade.

CONCLUSÃO

Pode ser observado neste início de pesquisa que, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI, o qual foi aplicado nas Universidades Federais brasileiras entre os anos de 2008 a 2012 contribuiu para algumas importantes modificações no ensino superior público do país. Entre estas modificações destaca-se a criação de novos campi e a interiorização das universidades em diversas regiões do país, fato este que permitiu com que mais pessoas tivessem oportunidade em ingressar no ensino superior.

Falando especificamente do objeto desta pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, o Reuni permitiu a criação inicial de três novos campus, e com eles, aumento de cursos e vagas. Além disto, a UFSC para garantir a implementação destes campus teve também de fazer novas contratações tanto de professores como de servidores, bem como preparar e aumentar sua infraestrutura.

E relação a expansão, os dados já coletados demonstram que esta ocorreu de fato através do Reuni, o que não se sabe ainda e se esta expansão veio somada a uma reestruturação do ensino superior brasileiro, mesmo que seja ainda de forma incipiente.

Por fim, espera-se que ao desenvolver e coletar novos dados para esta pesquisa encontre-se resultados interessantes, principalmente os relacionados a reestruturação, que é tão importante quanto a expansão e representa a qualidade no ensino superior.

REFERÊNCIAS E CITAÇÕES

ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade Nova: Textos Críticos e Esperançosos**. Brasília: Editora UnB; Salvador: EDUFBA, 2007

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de Abril de 1931. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 5 mar. 2014.

BRASIL. **LEI Nº 9.394**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 8 mar. 2014.

BRASIL. **LEI Nº 4.024**, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm> Acesso 10 mar. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de Abril de 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm> Acesso em 10 mar. 2014.

CRIPPA, Adolpho. **A universidade**. São Paulo, Editora Convívio, 1980.

MELO, Pedro Antônio. **A educação a distância como política de expansão e interiorização da educação superior no Brasil**. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, V.11, n.24, maio/agosto 2009.

MELO, P. A.; DE MELO, M. B; NUNES, R.S. Educação a distância como política da

expansão e interiorização da Educação Superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**. Vol.11, n.24, Florianópolis, maio/agosto, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Brasília, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Boletim de dados 2012**. Florianópolis: UFSC, 2012.

RISTOFF, Dilvo. **Vinte e um anos de educação superior: Expansão e democratização**. Rio de Janeiro. Cadernos do GEA, n. 3, jan.-jun. 2013.